

ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO EM ALIMENTAÇÃO ESCOLAR POR MEIO DO TELESSAÚDE

Strategies For Capacity Building About School Feeding Through Telehealth

Luciana Azevedo Maldonado¹; Luciana Maria Cerqueira Castro²; Juliana Martins Oliveira³;
Érida Santos Cardoso³; Inês Rugani Ribeiro de Castro⁴

Resumo O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é considerado um programa que mantém interfaces com várias áreas e provoca novas formas de implementação, agregando atores e processos. Por isso, gestores nacionais do PNAE, organizações da sociedade civil e estudiosos apontam a necessidade do desenvolvimento de ações de qualificação dos gestores municipais do PNAE e dos processos de trabalho envolvidos na sua execução. Nesse contexto foi criado, no Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, o Núcleo de Alimentação e Nutrição Escolar (NUCANE). Este artigo visa a apresentar as estratégias de formação em alimentação escolar realizadas pelo NUCANE em parceria com o Telessaúde. Este é reconhecido como um parceiro fundamental do NUCANE, pois contribui para o rompimento das barreiras físicas, flexibilizando a necessidade de encontros presenciais, e possibilita a integração dos profissionais e o avanço dos debates, ampliando a abrangência e o impacto das ações desenvolvidas pelo Núcleo.

Palavras-chave: Alimentação Escolar, Ensino, Relações Comunidade-Instituição.

Abstract The National School Meal Programme (PNAE) is considered a program that keeps interfaces with several areas and creates new ways of implementation, adding actors and processes. Because of that, national managers of PNAE, civil society organizations and researchers point to the need of developing actions for qualification of municipal PNAE managers and the work processes involved in its execution. In this context, it was created at the Institute of Nutrition of the University of the State of Rio de Janeiro, the Centre for Food and Nutrition School (NUCANE). This paper presents strategies for capacity building about school feeding made by NUCANE in partnership with Telehealth. Telehealth is recognized as a NUCANE key partner, because it contributes to the disruption of physical barriers, easing the need of face meetings, and enabling the integration of professionals and the advance of debates, broadening the scope and impact of the actions undertaken by the Centre.

Keywords: School Feeding, Teaching, Community-Institutional Relations.

1. Professora Assistente do Instituto de Nutrição – Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 2. Professora Adjunta do Instituto de Nutrição – Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 3. Nutricionista do Núcleo de Alimentação e Nutrição Escolar (PROATEC) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro; 4. Professora Associada do Instituto de Nutrição – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Introdução

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) é a política de alimentação e nutrição mais antiga e de maior cobertura no Brasil, sendo considerada uma das maiores iniciativas na área de alimentação escolar no mundo, contribuindo para:

[...] o crescimento e o desenvolvimento biopsíquico-social, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de práticas alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo¹.

Nos últimos anos, a legislação vem fomentando o entendimento deste Programa como uma política pública de garantia da segurança alimentar e nutricional e do direito humano à alimentação adequada e saudável. Para além da oferta de refeições saudáveis aos escolares, estimula a promoção da alimentação saudável (PAS) no ambiente escolar e estabelece mecanismos de indução do desenvolvimento local^{2,3}. Quanto à PAS na escola, a Portaria 1.010 foi a expressão do avanço na concepção do PNAE como estratégia de promoção de saúde e de valorização da escola como espaço essencial para promoção de práticas alimentares saudáveis, identificando eixos de ação e passos para execução destas ações. Já no que diz respeito ao desenvolvimento local, o mecanismo indutor se dá na medida em que, a partir da Lei 11.947/2009, é obrigatória a compra, pelo PNAE, de pelo menos 30% de alimentos produzidos por agricultores familiares, preferencialmente orgânicos ou agroecológicos. Destaca-se que por serem produzidos de forma mais sustentável conferem menos riscos ao meio ambiente^{4,2}.

Por ser considerado um programa que mantém interfaces com várias áreas e por provocar novas formas de implementação, agregando atores e processos,

gestores nacionais do Programa, organizações da sociedade civil e estudiosos apontam a necessidade do desenvolvimento de ações de qualificação dos gestores municipais do PNAE e dos processos de trabalho envolvidos na sua execução^{5,6}.

Nesse contexto foi criado, no Instituto de Nutrição da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (INU-UERJ), o Núcleo de Alimentação e Nutrição Escolar (NUCANE). Este artigo visa apresentar as estratégias de formação em alimentação escolar realizadas pelo NUCANE em parceria com o Telessaúde.

Método

A metodologia busca articular ensino, pesquisa e extensão, por meio da produção de conhecimento, por meio de atividades de formação e de troca de experiências, e por meio da elaboração de subsídios para promoção da alimentação saudável no ambiente escolar. O plano de trabalho do NUCANE vem sendo elaborado por docentes do INU e pactuado com diversos órgãos e instituições que se mobilizam em torno da alimentação escolar. O Núcleo envolve em suas atividades bolsistas PROATEC, de extensão, de estágio interno complementar, de inserção em práticas acadêmicas e alunos de pós-graduação.

Resultados e Discussão

Na vertente de ensino, as ações são direcionadas à formação de alunos da graduação, de nutricionistas responsáveis técnicos pelo PNAE e outros profissionais envolvidos com o Programa. Dentre as atividades desenvolvidas, destacamos a realização, em parceria com o Telessaúde, de dois cursos à distância: um sobre promoção da alimentação saudável no ambiente escolar e outro sobre gestão do PNAE. Os temas para os cursos foram identificados com base em relatos dos próprios

profissionais nas plenárias e oficinas e por meio dos estudos para diagnóstico da execução do PNAE nos municípios, também desenvolvidos pelo NUCANE. Ambos os cursos apresentam a mesma estrutura, sendo compostos por 10 aulas de cerca de 50 minutos. O primeiro, ainda disponível, adota as bases conceituais e as principais diretrizes para a PAS na escola e tem como objetivo identificar o PNAE como política pública estratégica para a PAS e a formação de bons hábitos alimentares, além de propor estratégias de formação de atores relacionados. O segundo curso tem por objetivos reconhecer o papel de gestor do nutricionista responsável técnico pelo PNAE, identificar os aspectos da gestão pública municipal e apontar as principais ferramentas e estratégias para o planejamento, a execução e a avaliação de suas ações junto ao PNAE. As aulas são ministradas por professores do próprio INU ou de outras instituições de ensino, responsáveis técnicos pelo PNAE com ampla experiência profissional e profissionais de saúde. Os dados de avaliação do curso de PAS na escola estão detalhados em outro artigo desta mesma publicação.

Na vertente de pesquisa, são realizados orientação e apoio a projetos na área de alimentação e nutrição escolar, vinculados ao programa de pós-graduação Alimentação, Nutrição e Saúde do Instituto de Nutrição da UERJ. Visando a difundir o conhecimento produzido em dissertações e teses, o NUCANE tem estimulado que os egressos do curso de mestrado/doutorado partilhem os resultados de suas pesquisas por meio de teleconferências no Telessaúde. Acreditamos que esta iniciativa possibilita a formação de novas comunidades de ouvintes e colabora para que a Universidade avance em cumprir as demandas por acesso ao conhecimento produzido.

Por fim, na vertente de extensão, definiram-se como método de trabalho a construção e a consolidação da Rede de Alimentação e Nutrição Escolar (REANE). A REANE é composta por duas instâncias: um comitê executivo e as plenárias. O comitê executivo é sediado

no município do Rio de Janeiro e coordenado pelo Instituto de Nutrição da UERJ, tendo sido estabelecido por meio de convênio de cooperação técnica entre a UERJ e a Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro, a Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro, a Secretaria Municipal de Saúde do Rio de Janeiro, o Conselho Regional de Nutricionistas – 4ª região, a Associação de Nutricionistas do Estado do Rio de Janeiro e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (UNDIME). Este comitê se reúne mensalmente para planejamento e/ou avaliação das ações desenvolvidas. Já as plenárias, são abertas a qualquer ator social envolvido com alimentação e nutrição no ambiente escolar, bem como a alunos de graduação e de pós-graduação, tendo como público prioritário os responsáveis técnicos do PNAE dos municípios do estado do Rio de Janeiro. Até o momento, foram realizadas nove plenárias, que contaram com a participação, em média, de 142 pessoas por evento, com percentual médio de participação dos municípios de 47%, variando de 30% a 72%, de acordo com a região do estado. A parceria com o Telessaúde permitiu ampliar o número de profissionais e estudantes de graduação e de pós-graduação participantes, que assistem aos eventos em tempo real ou em momentos posteriores (somente no caso de eventos que ficam gravados).

O comitê executivo da REANE também estimula que os municípios celebrem anualmente a Semana de Educação Alimentar (SEA), instituída pela Lei Estadual nº 4.856 de 28 de setembro de 2006⁷. Anualmente, define-se o tema, com base em temáticas atuais ou em questões levantadas pelos participantes das plenárias. Além da definição do tema, é elaborado material de apoio, no intuito de subsidiar profissionais de saúde e de educação no desenvolvimento de atividades junto à comunidade escolar. O material é divulgado por meio de diferentes mecanismos e em diferentes fóruns, incluindo as plenárias da REANE. Nesse contexto, o Telessaúde tem sido es-

tratágico, uma vez que as teleconferências, além de servirem para apresentação dos materiais produzidos para a SEA, são um importante meio de divulgação do tema e contribuem para a formação dos profissionais na temática em questão.

No quadro abaixo, podemos observar quantitativos de participação nas atividades desenvolvidas pelo NUCANE em parceria com o Telessaúde:

| Período | Atividade | Quantidade de acessos |
|---------|--|-----------------------|
| 2011/1 | V Seminário da REANE | 35 |
| 2011/2 | VI Seminário da REANE | 30 |
| 2012/1 | VII Seminário da REANE | 28 |
| 2012/1 | Lançamento da SEA/2012 | 70 |
| 2012/1 | Início do curso "Promoção da alimentação saudável na escola" | 2837* |
| 2013/1 | Lançamento da SEA/2013 | 60 |

*Número de pessoas que fizeram o curso até novembro de 2013. A transmissão pelo Telessaúde não foi viável na oitava e nona plenárias, em função do formato da atividade. Fonte: o autor, 2013.

Consideramos essencial garantir os espaços presenciais de formação, mas aproveitar as novas tecnologias amplia e aperfeiçoa o modo de ensinar e aprender:

[...] o que as instituições de educação superior e os seus professores não podem fazer é resistir ao uso dessas tecnologias, ou rejeitá-las, pois quando bem utilizadas ampliam consideravelmente o acesso à informação e ao intercâmbio acadêmico, além do seu raio de ação docente⁸ (p.28).

Reconhecemos a existência de algumas limitações, principalmente no tocante ao formato de "curso pronto para alunos individualmente", como a baixa capacidade de interação e o instrumento de avaliação centrado em questões fechadas. No entanto, o perfil de profissionais atendidos por esta modalidade de curso, já inseridos no mercado de trabalho e motivados pelos desafios cotidianos gerados pelas recomendações institucionais, justifica a adoção desta ferramenta de ensino⁹.

Conclusão

O Telessaúde constitui-se em parceiro fundamental do NUCANE, no sentido de ampliar a abrangência e o impacto das ações desenvolvidas. Além de romper as barreiras físicas, flexibilizando a necessidade da presença física, possibilita a integração dos profissionais e o avanço dos debates, neste caso, especificamente no que se refere à qualificação das ações de promoção de alimentação saudável junto ao PNAE.

Entendemos que a atividade de extensão universitária, junto ao ensino e à pesquisa, tem como objetivo o desenvolvimento de ações direcionadas às comunidades intra e interinstitucional e aos diversos segmentos da sociedade, de forma a assegurar à comunidade acadêmica a oportunidade da práxis, da reflexão e do confronto do seu conhecimento, através da democratização e socialização do saber e da participação efetiva da sociedade na atuação da Universidade. Desta forma, a organização e divulgação das atividades de forma mais ampla podem vir a contribuir para que a universidade amplie seu diálogo e cumpra com o seu papel de produtora e difusora de conhecimentos e, mais do que isto, ao propiciar a aproximação das comunidades interna e externa à universidade, possibilitamos a construção de um conhecimento que leva em consideração o outro, no encontro com o outro¹⁰.

Referências

- BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Resolução nº 26, de 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE [online]. Disponível em: < <http://www.fnnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/item/4620-resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-26,-de-17-de-junho-de-2013> >
- BRASIL. Lei nº 11947, de 16 de Junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, nº 113, seção 1, p. 02-04, 17 junho 2009.
- BRASIL. Portaria Interministerial nº 1.010 de 8 de maio de 2006. Institui as diretrizes para a promoção da alimentação saudável nas escolas de educação infantil, fundamental e nível médio das redes públicas e privadas, em âmbito nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, seção 1, p. 70, 9 maio 2006.

4. TRICHES, R.M.; SCHNEIDER, S. A alimentação escolar e a agricultura familiar: reconectando o consumo à produção. *Saúde Soc.*19, n. 4, p.933-945, 2010.
5. PEIXINHO, A.M.L. A trajetória do Programa Nacional de Alimentação Escolar no período de 2003-2010: relato do gestor nacional. *Ciência & Saúde Coletiva*, 18(4):909-916, 2013.
6. CARVALHO, Camila Maranha Paes de. Proposta de avaliação do Programa Nacional de Alimentação Escolar para municípios do estado do Rio de Janeiro. 2012. 165 f. Dissertação (Mestrado em Alimentação, Nutrição e Saúde) – Instituto de Nutrição. Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.
7. RIO DE JANEIRO. Lei Estadual nº 4.856 de 28 de setembro de 2006. Cria, no calendário oficial do estado do rio de janeiro, a semana de educação alimentar e dá outras providências. [online] Disponível em: <<http://alerj|n1.alerj.rj.gov.br/contlei.nsf/b24a2da5a077847c032564f4005d4bf2/ff0163c2ab8da0dd832571a8005fce12?OpenDocument>>
8. BERNHEIM, C. T. Desafios da universidade na sociedade do conhecimento: cinco anos depois da conferência mundial sobre educação superior. Brasília: UNESCO, 2008.
9. MORAN, J.M. Tendências da educação online no Brasil In: _____. RICARDO, Eleonora Jorge (org.). Educação Corporativa e Educação a Distância. Rio de Janeiro: Editora Qualitymark, 2005.
- 10 - CASTRO, Luciana M. Cerqueira. A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores: ainda existem utopias realistas. 2004. 185f. Tese - Instituto de Medicina Social. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012